



XLIII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DE CARREIRA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

QUARTA ETAPA – PROVA ORAL

O Desembargador Sérgio de Souza Verani, Presidente da Comissão do XLIII Concurso para Ingresso na Magistratura de Carreira do Estado do Rio de Janeiro, **divulga** as orientações a serem observadas pelos candidatos, relativamente à Prova Oral:

1. A arguição do candidato versará sobre um dos Pontos relacionados ao final, envolvendo a matéria de todas as Bancas Examinadoras do Concurso.
2. O sorteio do Ponto para a arguição será realizado na sala da Comissão de Concurso, localizada à Avenida Erasmo Braga nº 115 – Lâmina I, sala 901, às 08h 30min do dia indicado, devendo o candidato comparecer com meia hora de antecedência.
3. A arguição do candidato terá lugar na Sala de Sessão do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, situada à Av. Erasmo Braga nº 115 – 10º andar, Centro, devendo o candidato comparecer com meia hora de antecedência ao horário indicado no respectivo dia.

SORTEIO DO PONTO: DIA 11 DE JUNHO, ÀS 08h 30min

ARGUIÇÃO ORAL: DIA 12 DE JUNHO, ÀS 09h

CANDIDATOS:

NOME	INSCRIÇÃO
ANDRE VAZ PORTO SILVA	01666
ANNA CAROLINNE LICASALIO DA COSTA	00792
DANIEL KONDER DE ALMEIDA	06043
DANIEL MARONES DE GUSMAO CAMPOS	04445
DANILO MARQUES BORGES	01073

SORTEIO DO PONTO: DIA 11 DE JUNHO, ÀS 08h 30min

ARGUIÇÃO ORAL: DIA 12 DE JUNHO, ÀS 14h

CANDIDATOS:

NOME	INSCRIÇÃO
DENISE FERRARI MAEDA	03712
FLAVIA JUSTUS	01238
GISELE GONCALVES DIAS	02504
GLICERIO DE ANGIOLIS SILVA	06565
GUILHERME MARTINS FREIRE	02375

SORTEIO DO PONTO: DIA 12 DE JUNHO, ÀS 08h 30min

ARGUIÇÃO ORAL: DIA 13 DE JUNHO, ÀS 09h

CANDIDATOS:

NOME	INSCRIÇÃO
GUSTAVO FAVARO ARRUDA	02377
HENRIQUE ASUMPCAO RODRIGUES DE ALMEIDA	04255
IGOR DA SILVA REGO	04375
INGRID CARVALHO DE VASCONCELLOS	02500
JOSUE DE MATOS FERREIRA	05380

SORTEIO DO PONTO: DIA 12 DE JUNHO, ÀS 08h 30min

ARGUIÇÃO ORAL: DIA 13 DE JUNHO, ÀS 14h

CANDIDATOS:

NOME	INSCRIÇÃO
JULIANA LAMAR PEREIRA SIMAO	00347
JULIANA LEAL DE MELO	03206
KARINA PUPPIN MOREIRA DA SILVA	03340
KARLA DA SILVA BARROSO VELLOSO	01085
LAURICIO MIRANDA CAVALCANTE	03583

SORTEIO DO PONTO: DIA 13 DE JUNHO, ÀS 08h 30min

ARGUIÇÃO ORAL: DIA 14 DE JUNHO, ÀS 09h

CANDIDATOS:

NOME	INSCRIÇÃO
LEONARDO HOSTALACIO NOTINI	05529
LEOPOLDO HEITOR DE ANDRADE MENDES JUNIOR	04199
LIVIA GAGLIANO PINTO ALBERTO MORTERA	00356
LUIS GUSTAVO VASQUES	02703
LUIZ OTAVIO BARION HECKMAIER	02774

SORTEIO DO PONTO: DIA 13 DE JUNHO, ÀS 08h 30min

ARGUIÇÃO ORAL: DIA 14 DE JUNHO, ÀS 14h

CANDIDATOS:

NOME	INSCRIÇÃO
MARCELO FERES BRESSAN	04555
MARCELO MARTINS EVARISTO DA SILVA	01963
MARIANNA MAZZA VACCARI MACHADO	
MANFRENATTI	00133
MONIQUE ABREU DAVID	02642
PAULA DE MENEZES CALDAS	00004

SORTEIO DO PONTO: DIA 14 DE JUNHO, ÀS 08h 30min

ARGUIÇÃO ORAL: DIA 15 DE JUNHO, ÀS 09h

CANDIDATOS:

NOME	INSCRIÇÃO
PEDRO OLIVEIRA DE VASCONCELOS	03271
RAFAELA DE FREITAS BAPTISTA DE OLIVEIRA	03786
RAFAELLA AVILA DE SOUZA TUFFY FELIPPE	02748
RAPHAEL BADDINI DE QUEIROZ CAMPOS	02270
RAPHAEL FRANZOTTI BRANCO	02217

SORTEIO DO PONTO: DIA 14 DE JUNHO, ÀS 08h 30min

ARGUIÇÃO ORAL: DIA 15 DE JUNHO, ÀS 14h

CANDIDATOS:

NOME	INSCRIÇÃO
RAPHAELA DE ALMEIDA SILVA	02663
RODRIGO LEAL MANHAES DE SÁ	03638
RODRIGO PINHEIRO REBOUCAS	02338
TIAGO FERNANDES DE BARROS	02131
WYCLIFFE DE MELO COUTO	05627

4. A habilitação para a prova oral ficará condicionada ao exame da documentação apresentada na Terceira Etapa do Concurso.

5. PONTOS PARA A PROVA ORAL:

Ponto 1

- Das pessoas naturais. Das pessoas jurídicas. Do domicílio.
- Princípios e conceitos gerais do Código de Defesa do Consumidor e demais normas pertinentes. Código Civil e CODECON. Pontos de divergência e convergência.
- Princípios constitucionais do Direito Penal. *Habeas corpus* e mandado de segurança em matéria criminal.

- Poder Constituinte originário, derivado e decorrente.
- Princípios de direito eleitoral.
- O Direito de Empresa no novo Código Civil. Perfis da empresa. Limites ao exercício da empresa. Títulos de crédito. Características e atributos. Classificação. Sociedades. Propriedade Industrial.
- Poder de tributar e competência tributária. Imposto sobre serviços de qualquer natureza – perfil do tributo.
- Função administrativa. Atos administrativos. Princípios regedores da Administração. Servidores públicos.
- A Constituição e o Meio Ambiente. O artigo 225: objetivo, alcance e reflexos. Ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental.
- Objeto da Sociologia Jurídica.

Ponto 2

- Direito Processual Constitucional. Ações Constitucionais. Ação Civil Pública. Mandado de Segurança. Ação Popular. Mandado de Injunção. *Habeas Data*.
- Princípios e definições gerais do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Princípios constitucionais do Processo Penal. A Lei n. 11.340/06.
- Organização do Estado Brasileiro.
- Partidos políticos.
- Sociedades Empresárias. Tipos. Elementos. Classificação. Títulos de crédito.
- Competência tributária estadual. Processo judicial tributário: medidas cautelares.
- Poderes Administrativos. Poder Regulamentar, Disciplinar, Hierárquico e de Polícia. Desapropriação.
- Federalismo e Meio Ambiente. Sistemas de competência dos Entes Federados.
- Princípios da Sociologia Jurídica.

Ponto 3

- Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Dos atos jurídicos lícitos e ilícitos. Da prescrição e decadência. Da prova.
- Da família substituta. Guarda. Adoção. Tutela.
- O tipo dos crimes dolosos e de imprudência. Os tipos nos crimes de omissão. O Sistema dos Juizados Especiais Criminais.
- Os mecanismos de participação do cidadão, do povo e da sociedade na vida política e administrativa Brasileira dispostos na Constituição Federal de 1988.
- Elegibilidade.
- Sociedades por ações. Espécies. Sociedade Anônima. Características. Falência e Recuperação de empresas.
- Princípios tributários da legalidade e da determinação conceitual. Competência tributária municipal.

- Serviços Públicos. Delegação: concessão, permissão e autorização. Extinção dos atos administrativos. Responsabilidade civil da administração.
- Princípios constitucionais ambientais. Princípio da solidariedade intergeracional. Princípio do desenvolvimento sustentável. Princípio do poluidor-pagador. Princípio da função socioambiental da propriedade. Princípio da prevenção. Princípio da precaução. Princípio da participação. Princípio da informação ambiental. Princípio da ubiquidade. Princípio da moralidade e o meio ambiente. Outros princípios ambientais implícitos ou extraíveis do sistema constitucional.
- Relação da Sociologia Jurídica com a Psicologia.

Ponto 4

- Natureza jurídica da ação. Classificação das ações. Condições da ação.
- Fato e vício do produto e do serviço. Responsabilidade do fornecedor. Prescrição e decadência.
- Investigação Criminal. A Lei n. 11.343/06. Da Execução Penal.
- Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos federais, estaduais e municipais em relação à Constituição da República Federativa do Brasil.
- Ação de impugnação de registro de candidatura.
- Falência. Princípios. Pressupostos. Caracterização. Efeitos. Acordo de acionistas. Acionista controlador. Abuso do poder de controle. Títulos emitidos pelas sociedades anônimas. Títulos de crédito.
- Princípio da irretroatividade e da anterioridade da lei tributária. Processo administrativo tributário.
- Descentralização administrativa. Outorga. Administração Indireta.
- Deveres genéricos e específicos do Poder Público em relação ao meio ambiente. Competências administrativa, legislativa e jurisdicional em matéria ambiental.
- Função prática da Sociologia Jurídica.

Ponto 5

- Do direito das obrigações. Modalidades das obrigações. Da transmissão das obrigações. Do adimplemento e extinção das obrigações. Do inadimplemento das obrigações.
- Cláusulas e práticas comerciais abusivas, interpretação e abrangência. Oferta e publicidade. Revisão contratual.
- Antijuridicidade, culpabilidade e exculpação. Ação penal. Das questões e processos incidentes.
- Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos federais, estaduais e municipais em relação às Constituições Estaduais.
- Abuso de poder econômico e político.
- Efeitos jurídicos da sentença de falência. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades. Modalidades de dissolução e de liquidação. Sociedades Empresárias.

- Princípios tributários de vedação ao confisco e da livre circulação. Imposto sobre a transmissão *causa mortis* e sobre doações. Precatórios nas relações tributárias.
- Agência Reguladora. Intervenção do Estado na propriedade.
- A comunidade e a tutela do ambiente. Política Nacional de Educação Ambiental. Participação popular na política pública ambiental. Participação popular na administração, no Parlamento e no Judiciário.
- O Código de Ética da Magistratura.

Ponto 6

- Processo. Procedimento. Sujeitos, Objeto e pressupostos da relação jurídica processual. Atos processuais. Forma, tempo e lugar. Validade, invalidade e convalidação dos atos processuais. Prazos no processo, contagem e preclusão. Gratuidade de Justiça.
- Medidas de proteção e prevenção. Medidas aplicadas aos pais e responsáveis.
- Da formação, suspensão e extinção do processo penal. Dos crimes contra a liberdade sexual.
- Arguição de inconstitucionalidade no Estado do Rio de Janeiro.
- Financiamento de campanha eleitoral.
- Sociedades. Títulos de Crédito. Características. Requisitos essenciais. Recuperação de empresas. Propriedade Industrial.
- Princípio da igualdade tributária e subprincípios derivados. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores. Certidões negativas.
- Controle da Administração. Controle interno e externo. Tribunais de Contas.
- Responsabilidade Administrativa Ambiental. Responsabilidade Civil Ambiental. Dano e reparação.
- Independência do Juiz.

Ponto 7

- Dos contratos em geral. Da compra e venda. Da venda com reserva de domínio. Da doação. Da locação de coisas. Do comodato e do mútuo. Da prestação de serviço. Da empreitada. Do depósito. Do mandato. Da corretagem. Do transporte. Do seguro. Da fiança. Arrendamento Mercantil.
- Prática do ato infracional. Da remissão. Medidas socioeducativas.
- Autoria e participação. Tentativa e consumação. Dos crimes contra o patrimônio. Estatuto jurídico dos sujeitos processuais.
- Processo legislativo e espécies normativas.
- Propaganda político-eleitoral.
- Ineficácia dos atos praticados pelo devedor antes da falência. Atos revogáveis. Ação Revocatória. Regência supletiva pelas normas da sociedade simples. Aplicação das normas da sociedade anônima à sociedade limitada. Promissória. Letra de Câmbio. Duplicata. Sociedades.

- Princípio da capacidade contributiva e seus corolários. ICMS – Seletividade.
- Garantias dos administrados: mandado de segurança, ação popular, habeas data e mandado de injunção.
- Patrimônio ambiental natural. Ar, Água, Solo, Flora, Fauna, Patrimônio ambiental cultural. Patrimônio ambiental artificial. Patrimônio genético, biotecnologia e biossegurança.
- Imparcialidade do Juiz.

Ponto 8

- Poder Judiciário. Organização Judiciária do Estado do Rio de Janeiro. Juizados Especiais Cíveis. Partes. Advogados. Ministério Público. Defensoria Pública.
- Defesa do consumidor em juízo. Prova. Inversão do ônus probatório. Desconsideração da personalidade jurídica. Ações Coletivas.
- Prova penal. Da tutela penal do consumidor.
- Direitos humanos.
- Recurso contra expedição de diploma.
- Dos efeitos jurídicos da sentença de falência. Habilitação, verificação e classificação dos créditos. Créditos não sujeitos à habilitação. Habilitação retardatária. Quadro geral de credores. A responsabilidade do sócio que se retira ou é excluído. Apuração de haveres. Cheque. Endosso e aval. Títulos emitidos pelas sociedades anônimas.
- Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana. Processo judicial tributário: ação consignatória.
- Ação de improbidade. Ação civil pública. Princípios administrativos. Agentes públicos.
- Licenciamento ambiental. Estudo prévio de impacto ambiental. EIA/RIMA.
- Infrações éticas. Sanções.

Ponto 9

- Dos atos unilaterais. Da promessa de recompensa. Do pagamento indevido. Do enriquecimento sem causa.
- Crimes e Infrações Administrativas no ECA.
- Dos procedimentos ordinário, sumário e do Júri. Dos crimes contra a pessoa.
- Direitos fundamentais explícitos e implícitos.
- AIJE por abuso de poder.
- A liquidação na falência. Encerramento da falência e extinção das obrigações do falido. Sociedade. Propriedade Industrial.
- Vigência e aplicação da lei tributária. Execução fiscal: garantias do Juízo.
- Responsabilidade civil do Estado. Intervenção no domínio econômico. Previdência social. Proventos. Pensão.
- Poluição da água. Poluição Atmosférica. Poluição Visual. Poluição por resíduos sólidos. Poluição por atividades nucleares. Agrotóxicos.

- Distinção entre a Filosofia geral e a Filosofia Jurídica.

Ponto 10

- Jurisdição e competência dos Órgãos Jurisdicionais. Conflito de Competência.
- Responsabilidade específica das concessionárias de serviços públicos, instituições financeiras, planos de saúde, seguradoras e profissionais liberais. Contratação.
- Sentença penal. Unidade e pluralidade de fatos puníveis. A extinção da punibilidade. Dos crimes contra a administração pública.
- Garantias ativas e passivas dos direitos fundamentais.
- Ação por captação ou gasto ilícito para fins eleitorais.
- Recuperação judicial da empresa. Títulos de Crédito. Sociedades. Falência. Propriedade Industrial.
- Imposto sobre a transmissão onerosa de bens imóveis. Execução contra a Fazenda Pública.
- Procedimento administrativo. Prescrição e decadência. Autotutela. Atos nulos e anuláveis. Sanatória.
- Responsabilidade Ambiental. Sanções ambientais. Lei Federal 9.605/98.
- Importância da Filosofia na função judicial.

Ponto 11

- Da responsabilidade civil. Da indenização por dano moral. Responsabilidade Civil por perda de uma chance. Desconsideração da Personalidade Jurídica.
- Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Petição inicial. Comunicação dos atos processuais. Defesa do Réu, revelia. Antecipação da tutela jurisdicional, saneamento do processo. Prova. Audiência.
- Medidas cautelares no processo penal. Interceptação das comunicações telefônicas e de dados. Escuta ambiental. Lei n. 9.455/97.
- Direitos da cidadania.
- Ação por captação ilícita de sufrágio.
- Recuperação judicial e extrajudicial. Concorrência desleal. Duplicata mercantil. Títulos emitidos pela sociedades anônimas. Sociedades.
- Obrigação tributária: sujeição ativa e passiva. ICMS - não-cumulatividade. Conflito ICMS x ISS.
- Classificação dos cargos públicos. Transformação e extinção. Criação de cargos. Atos punitivos. Processo e procedimento. Princípios regedores. Responsabilidade civil do agente público.
- Ética Ambiental. Fundamento constitucional. Ecologia ou Antropologia. Estado Constitucional Ecológico. A Ética e o ambiente natural, cultural e artificial. A ética ambiental e o Estatuto da Cidade.
- Equidade.

Ponto 12

- Do direito das coisas. Da posse. Da propriedade. A garantia do direito de propriedade em relação com sua função social e ambiental. Dos direitos de vizinhança. Do condomínio edilício. Da propriedade resolúvel. Da propriedade fiduciária. Alienação fiduciária em garantia. Direito de superfície. Loteamento e incorporação imobiliária.
- Audiências. Prova. Julgamento conforme o estado do processo. O Juiz e a prova. Sentença e coisa julgada. Ação Rescisória. Recursos.
- Sentença penal. Recursos no processo penal. A Lei n. 10.826/03.
- Intervenção Federal e intervenção Estadual.
- Ação por conduta vedada a agentes públicos.
- Contrato de transporte. Propriedade Industrial. Sociedades. Títulos de Crédito.
- Responsabilidade tributária dos sucessores e de terceiros por infrações. Execução fiscal: defesa do executado e de terceiro. Exceções na execução fiscal.
- Limitações e restrições administrativas. Bens públicos. Características. Espécies. Formas de uso. Uso de bem público por particulares. Alienação.
- Tutela Extrajudicial do Meio Ambiente. Tutela judicial do Meio Ambiente: ação civil pública, ação popular, ação objetivando obrigação de não fazer ou de fazer. Ação demolitória. Mandado de Segurança Coletivo. Mandado de Injunção Ambiental. Prescrição.
- Teoria Tridimensional do Direito.

Ponto 13

- Das servidões. Do compromisso de venda e compra. Garantias de dívidas: penhor e hipoteca.
- Cumprimento de sentença e processo de execução. Execução de obrigação de fazer, de não fazer, de dar e de pagar quantia. Execuções especiais e específicas. Defesas do executado. Liquidação de sentença. Embargos de terceiro.
- Nulidades. A Lei n. 10.741/03. A Lei n. 8.069/90.
- Princípios constitucionais da Administração Pública.
- Ação de impugnação de mandato eletivo.
- Sociedade limitada. Conhecimento de frete ou de transporte. Títulos de Crédito. Falência e Recuperação de empresas.
- Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Garantias e privilégios da Fazenda Pública. Taxa judiciária, custas e emolumentos.
- Licitação e contratos administrativos.
- Política Ambiental e Urbanismo.
- Interpretação Jurídica.

Ponto 14

- Do direito de família. Da eficácia do casamento. Da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Da proteção da pessoa dos filhos. Das relações de parentesco. Da filiação. Do reconhecimento dos filhos. Do poder familiar, disposições gerais, exercício, suspensão e extinção. Do

regime de bens entre os cônjuges. Alimentos. União estável. Tutela. Curatela.

- Processo cautelar. Procedimentos cautelares específicos.
- Jurisdição e competência. O Sistema dos Juizados Especiais Criminais.
- Princípios constitucionais da ordem econômica.
- Inelegibilidades constitucionais.
- Dissolução, liquidação e extinção da sociedade. Doutrina da desconsideração da pessoa jurídica. Conhecimento de depósito e warrant. Títulos de Crédito. Sociedade Anônima.
- Conflito IPTU x ITR. Processo judicial tributário: mandado de segurança. Decadência e prescrição do crédito tributário.
- Atos administrativos. Contratos administrativos.
- Política ambiental na Constituição Federal e na Constituição do Estado do Rio de Janeiro.
- Democracia e Estado de Direito.

Ponto 15

- Do direito das Sucessões. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Do inventário e da partilha.
- Procedimentos especiais de Jurisdição Contenciosa e Voluntária regulados no CPC e em outras Leis. Arbitragem.
- O Pacto de São José da Costa Rica. Dos crimes contra a pessoa. Súmulas vinculantes.
- Organização do Poder Judiciário na Constituição Federal de 1988.
- Inelegibilidades infraconstitucionais ou legais.
- Sociedade Anônima. Processo Falimentar. Títulos de Crédito. Propriedade Industrial.
- Isenções, não-incidência, alíquota zero, imunidades. Processo judicial tributário: ação repetitória; ação com pedido compensatório.
- Atos vinculados e discricionários. Controle externo pelo Judiciário. Mérito. Controle de políticas públicas.
- Natureza pública da proteção ambiental. Tratados Internacionais sobre tema ambiental.
- Atuação do Judiciário como Poder Político.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2012.

Desembargador Sérgio de Souza Verani
Presidente da Comissão de Concurso